

População também vai perder com os cortes

ADEMAR SHIRAI SHI
Da Editoria de Economia

On Line

A população dos estados mais carentes será penalizada com a nova divisão da receita tributária, depois que a União concentrou o corte de Cz\$ 624,75 bilhões de seus gastos orçamentários nas transferências de recursos às administrações estaduais e municipais. A proposta orçamentária de 1989 prevê aumento de Cz\$ 620,2 bilhões nas transferências de recursos, em decorrência da reforma tributária aprovada pela Constituinte, porém o repasse de ônus da União para a maioria dos estados será em proporção muito superior. Para não sofrer a deterioração dos serviços básicos, como saúde, educação, transportes e habitação, o cidadão passará a depender da existência de recursos e da definição correta das prioridades na montagem futura dos orçamentos estaduais e municipais.

A Secretaria do Planejamento da Presidência da República cortou 85,18 por cento de suas aplicações, em relação à programação deste ano. O corte de Cz\$ 265,76 bilhões para apenas Cz\$ 39,74 bilhões atinge basicamente programas de caráter social, como o Finsocial, reforma agrária, ampliação de fronteiras agrícolas, saneamento básico rural, proteção ao meio ambiente e outros projetos de apoio ao desenvolvimento econômico e social.

A população das grandes cidades também corre o risco de ter transporte ainda pior, depois que a União decidiu reduzir, em 1989, os gastos no setor em Cz\$ 125,94 bilhões, comparativamente às despesas deste ano. A qualidade dos transportes dependerá da capacidade dos estados, municípios e até da iniciativa privada de assumirem os novos investimentos. A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) mal terá recursos para bancar a folha de pagamento e outras despesas básicas. A Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) só cuidará de manter os trens de subúrbio em operação, sem qualquer novo investimento. A União pretende transferir o transporte ferroviário de massa para os estados, incluído o subsídio tarifário.

O Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente sofreu, em termos percentuais, o corte mais violento: de 92,46 por cento. O ministro Prisco Viana pediu dotação de Cz\$ 115,23 bilhões; a Seplan considerou que o teto para as reivindicações do MHU era de Cz\$ 42,28 bilhões, porém, só concedeu Cz\$ 3,19 bilhões.

O Governo Federal também reduziu seus encargos financeiros com a cobertura das perdas de safra agrícola em Cz\$ 19,71 bilhões e os agricultores precisarão pagar prêmio maior pela cobertura do Programa de Garantia à Atividade Agropecuária (Proagro). A eliminação do subsídio à comercialização do carvão nacional representará economia de Cz\$ 4,36 bilhões à União, mas os usuários, como as indústrias de cimento, repassarão o ônus ao consumidor.

O Ministério da Saúde só sofreu perda de 12 por cento em relação aos recursos deste ano, com o corte da dotação de Cz\$ 205,12 bilhões para Cz\$ 180,52 bilhões. Para manter os atuais níveis de atendimento, os estados e municípios precisarão cobrir os Cz\$ 24,6 bilhões que a União cortará da área de saúde, no próximo ano.

As regiões mais carentes e os pequenos municípios serão as principais vítimas da redução dos recursos que o Ministério do Interior terá em 1989. O ministro João Alves terá, em relação a este ano, menos Cz\$ 23,56 bilhões e ainda perderá a Fundação Projeto Rondon e a Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Já o corte de Cz\$ 20,08 bilhões da dotação do Ministério da Agricultura poderá obrigar até o miniprodutor a pagar pela assistência técnica a empresas privadas, com a quase extinção da Embrater.

A educação também deixou de ser prioridade do Governo Federal para ser problema dos estados e municípios. A verba que o Ministério da Educação terá para despesas correntes e de capital em 1989 será Cz\$ 45,6 bilhões inferior à disponibilidade deste ano. A Seplan acabou com o uso de recursos da União na educação básica e congelou os investimentos nas Universidades Federais. Até os presos sofrerão com o corte de Cz\$ 5,1 bilhões.